

Reportagem Especial

TRANSPARÊNCIA

Sonegação com atentado

Inquérito sobre o possível caso de corrupção no governo de SC faz ligação entre a empresa de combustíveis Arrows e o atentado sofrido por um fiscal da Receita em 2009.

O inquérito realizado pela Polícia Federal de Santa Catarina durante a Operação Transparência revela uma conexão direta entre ações da empresa Arrows Petróleo do Brasil, que teve a inscrição cancelada na Secretaria da Fazenda, por sonegação, e o atentado contra o fiscal da Fazenda que integrava grupo de combate à sonegação de combustíveis, Carlos Henrique de Barros, ocorrido no dia 12 de março de 2009. (veja boxe ao lado)

O DC possui uma cópia do inquérito. As 234 páginas indicam claramente outra situação até agora desconhecida: a ativa participação da advogada Vanderléia Aparecida Batista em favor da Arrows do Brasil, em contato direto com o vice-governador Leonel Pavan (PSDB), empresários e servidores públicos, antes e depois do cancelamento da inscrição. Os indiciados foram sete, mas a Polícia Federal interrogou outros fiscais, empresários e servidores públicos não incluídos no relatório final.

O inquérito, na página 130 (veja boxe), tem declarações dos empresários informando terem oferecido R\$ 100 mil ao vice-governador Leonel Pavan para restabelecimento da inscrição da Arrows, cancelada pela Fazenda Estadual.

A Operação incluiu, também, os fiscais Pedro Mendes, então diretor-geral da secretaria, e Anastácio Martins, na época diretor de Administração Tributária, também indiciados. Além destes, também são citados a advogada Vanderléia Aparecida Batista, funcionária da prefeitura de Balneário Camboriú e que atuava como consultora jurídica da Secretaria Regional de Itajaí, os empresários Marcos Pegoraro e Eugênio Rosa da Silva, representantes da Arrows, e o médico Armando Taranto Júnior, há quatro

anos amigo de Pegoraro.

Pavan e seu advogado, Gastão da Rosa Filho, têm reiterado que não há provas de que tenha recebido vantagem financeira para tentar recuperar a inscrição da Arrows. Admitem que existem declarações dos empresários, mas negam total procedência. As intervenções do vice-governador em favor da Arrows são mencionadas na maioria dos depoimentos prestados à PF e constantes do inquérito policial, que resultou no indiciamento de sete pessoas e depois denúncia do Ministério Público Estadual.

À folha 167 do inquérito consta depoimento do médico Armando Taranto Júnior, informando que "na conversa ocorrida no dia 12/03/2009, com início às 19h45min03seg, Marcos Pegoraro disse que havia sido acertado um pagamento de R\$ 100 mil a Leonel Pavan. Disse mais: "Que, numa conversa entre Marcos Pegoraro e a advogada Vanderléia, presenciada pelo interrogado, tomou conhecimento de que o primeiro havia contratado um detetive para acompanhar a vida do fiscal Carlos Henrique..."

No mesmo dia, por volta das 22h, o auditor fiscal da Receita estadual, Carlos Henrique de Barros, do Grupo de Especialistas em Combustíveis e Lubrificantes, sofreu atentado. Seu veículo, estacionado na frente de sua residência em Itajaí, foi atingido por três tiros.

O inquérito policial da Operação Transparência tem registro 0293/2009 e tomo nº 68. Foi instaurado no dia 3 de julho de 2009. No TJ tramita sob número 2009.044965-6/0000-00, tendo como relatora a desembargadora Salete Sommariva. Os indiciados foram enquadrados nos artigos 317, 321, 325 e 333 do Código Penal. Dos sete, apenas Pavan está incurso em corrupção passiva.

Conexão entre os casos

QUE na conversa das fls. 53/54, ocorrida no dia 12/03/2009, com início às 19h45min03seg, Marcos Pegoraro disse que havia sido acertado um pagamento de cem mil reais a Leonel Pavan, Vice-Governador de Santa Catarina; QUE tal pagamento se daria para que PAVAN atuasse em favor da empresa ARROWS junto à Secretaria da Fazenda,

coordenador do grupo, emitido um parecer contrário, tanto pelas dívidas existentes como pela apresentação de garantia irregular; QUE, no dia seguinte à emissão de tal parecer, o veículo do depoente foi alvejado com três tiros de arma de fogo quando se encontrava estacionado na garagem de sua residência, acreditando que tenha se tratado de uma retaliação em razão do referido parecer;

que, a partir do início do processo de cancelamento da inscrição estadual, Renato Prux passou a ser pressionado pelo Diretor de Administração Tributária da SEF, Anastácio Martins, e por alguém do gabinete do vice-governador, não sabendo exatamente qual servidor, para que concedesse parcelamento à empresa e reatvasse sua inscrição estadual; QUE, como Renato Prux negou-se a rever seus atos, os autos do processo administrativo de cancelamento da

Página 130 do inquérito

Merecem destaques as conversas das fls. 53/54, na qual MARCOS PEGORARO diz a ARMANDO TARANTO ter ficado acertado um pagamento de "...cem mil reais pro PAVAN. Tudo dinheiro, tá?", das fls. 71/72, em que diz a CLAUDIO CHILANTI estar indo buscar o Vice-Governador no aeroporto e estar levando o "...presente dele", e a das fls. 79/81, em que revela a ARMANDO já ter efetuado o pagamento a PAVAN.

Foram denunciados à Justiça

- **Leonel Pavan** - vice-governador do Estado
- **Anastácio Martins** - auditor fiscal aposentado, na época diretor de Administração Tributária do Estado
- **Pedro Mendes** - na época, diretor-geral da Secretaria da Fazenda
- **Armando Taranto Júnior** - médico perito, lotado na Secretaria de Administração
- **Vanderléia Aparecida Batista** - advogada, na época consultora da Secretaria de Des. Regional de Itajaí
- **Eugênio Rosa** da Silva - empresário do ramo de combustíveis ligado à Arrows
- **Marcos Pegoraro** - representante da Arrows em SC

No final de 2008, o Grupo de Especialistas em Combustíveis e Lubrificantes (Gescol) começou a analisar a situação da Arrows e a partir do cruzamento de informações foram constatadas manobras para evitar o recolhimento de ICMS. Foram desencadeadas auditorias contra a empresa, que resultaram em uma dívida de R\$ 13 milhões.

Devido ao não pagamento, o Grupo emitiu parecer pelo cancelamento do registro da empresa. No inquérito, há diversas menções dos envolvidos com a Arrows reclamando da atuação do auditor Carlos Henrique Batista de Barros, coordenador do Gescol, a quem acusavam de perseguição. Após o processo de defesa e negociação da dívida, que não foi paga, a Arrows pediu a reconsideração do cancelamento, o que foi negado em parecer assinado por Barros.

QUE, numa conversa entre Marcos Pegoraro e a advogada Vanderleia, presenciada pelo interrogado, tomou conhecimento de que o primeiro havia contratado um detetive para acompanhar a vida do fiscal Carlos Henrique; QUE não tem conhecimento se houve participação de tal detetive, cujo nome não sabe informar, ou de Marcos Pegoraro no atentado contra o referido fiscal;

situação da empresa ARROWS era devido ao fato de seu filho Luiz Fernando Taranto

Servidora pública também defendia a empresa Arrows

Vanderléia Aparecida Batista, 39 anos, é servidora da prefeitura de Balneário Camboriú e até 30 de novembro de 2009 estava lotada como consultora jurídica na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí, de onde pediu exoneração.

Ela afirma que conhece o vice-governador de Santa Catarina, Leonel Pavan, desde seu primeiro mandato como prefeito, ainda em 1988. Embora funcionária pública, Vanderléia relata no inquérito sua atuação como advogada da empresa de combustíveis Arrows. Ela também é citada por vários servidores da Secretaria da Fazenda do Estado. Na Gerência de Fiscalização da SEF, em Florianópolis, por exemplo, Vanderléia teria comparecido duas vezes. Na primeira, se apresentou como advogada da Arrows e pediu a reativação

do registro devido à importância da empresa para Itajaí. Na segunda vez, se apresentou como servidora da SDR de Itajaí e disse que o funcionamento da Arrows era de interesse do secretário regional. O secretário Gilberto Antônio Gadotti disse que não tinha conhecimento da atuação de Vanderléia a favor da Arrows e que não faria qualquer comentário, pois não tinha conhecimento do teor do inquérito.

O inquérito também mostra que existia uma relação próxima de Vanderléia com Leonel Pavan, a partir da interceptação de diversas conversas captadas entre os dois, além da troca de e-mails. A advogada foi procurada pela reportagem do *Diário Catarinense* através de telefones celulares e fixos, mas em nenhum deles ela foi encontrada.

ENTREVISTA

Leonel Pavan
vice-governador

“Não houve prejuízo para o Estado”



Pavan afirmou que é prejudicado

Diário Catarinense – Pedro Mendes relata que, durante uma viagem a trabalho ao Piauí, recebeu uma ligação do senhor reclamando do cancelamento da Arrows, que considerava uma traição por parte da Fazenda. O senhor confirma este telefonema?

Leonel Pavan – Todos os meus contatos com a Secretaria da Fazenda, que foram poucos e resumidos, aconteceram com o secretário Antônio Gavazzoni e o diretor Pedro Mendes. E foi no sentido de encaminhar o problema e buscar uma solução dentro da legalidade e dos interesses do governo. Os fatos investigados aconteceram durante todo o ano de 2009, quando estive por diversas vezes à frente do governo. Se quisesse forçar alguma coisa teria feito neste período, quando tinha poderes para tal. E não ia reclamar, iria determinar.

DC – Em seu depoimento, Vanderléia Batista conta que conheceu Eugênio Rosa (um dos denunciados) a partir de amigo em comum – Wanderley da Paixão Martins, que é casado com a filha de Eugênio Rosa, com a qual teve um filho cujo padrinho de batismo é o senhor. Isso é verdade?

Pavan – São conhecidos de minha família, mas sequer na cerimônia de batizado eu fui. Mas se tivesse sido convidado para ser padrinho, como cristão, aceitaria, como já aceitei ser padrinho de filhos de conhecidos de várias classes sociais, pobres, ricos.

DC – Vanderléia relata que em conversa ao telefone com o senhor foi informada sobre investigações em andamento, sobre sonegação cometida pelo Arrows e de que até o Ministério Público estava no caso, tendo pedido a ela que avisasse os responsáveis pela empresa para se cuidarem. O senhor confirma esta conversa?

Pavan – A única conversa que tive foi no sentido de comentar notícia que já estava na mídia nacional. Tan-

to que encaminhei cópias para meu advogado para incluir na defesa.

DC – Vanderléia disse que ligou para o senhor, a seu pedido, para manter uma conversa telefônica onde demonstrassem que não tinham conhecimento das irregularidades cometidas pela Arrows. O senhor fez este pedido a ela?

Pavan – Desconheço qualquer contato neste sentido. Gostaria de saber como estava o estado emocional quando inquiriram esta pessoa para falar coisas tão absurdas. Fiquei sabendo que ela ficou quase oito horas depondo, sozinha, e chegando a ponto de quase perder os sentidos. Isso é depoimento ou pressão psicológica?

DC – Em uma conversa, Marcos Pegoraro diz a Armando Taranto ter ficado acertado um pagamento de “100 mil reais para o Pavan. Tudo dinheiro, tá?”, e que Cláudio Chilanti foi buscar o senhor no aeroporto e que estaria levando “o presente dele”. Chilanti diz a Armando já ter feito o pagamento ao senhor. Isso ocorreu?

Pavan – Conforme já declarei antes, não recebi nenhuma proposta de vantagem indevida. Repilo com veemência esta infâmia e desafio qualquer um a apresentar provas cabais neste sentido.

Vanderléia diz que ouviu Pegoraro dizer que “precisava reunir uma quantia em dinheiro que seria encaminhada por outra pessoa ao vice-governador”. O senhor sabia disso?

Pavan – Mais uma vez, ilações: falaram, ouviram, disseram. Nunca recebi qualquer proposta indevida. Já repeti várias vezes: qual empresa pagaria por benefício que não foi concedido? Não houve prejuízo para o Estado nem vantagem para ninguém. O único prejudicado até agora sou eu, minha carreira política, pessoal e a familiar com o julgamento a que estou sendo exposto.

As datas e o inquérito

FINAL DE 2008

Fiscais do Grupo de Especialistas em Combustíveis e Lubrificantes (Gescol) constataram irregularidades fiscais na empresa Arrows, como a omissão de registro de notas fiscais e o não recolhimento de ICMS.

FEVEREIRO DE 2009

Lançamento do crédito tributário devido a sonegação de ICMS, que somou R\$ 13 milhões. Devido ao não pagamento, o Gescol sugeriu a suspensão da autorização de emissão de notas eletrônicas pela Arrows.

11/03/2009

O auditor Carlos Henrique Batista de Barros, coordenador do Gescol, emitiu parecer contrário ao pedido da empresa para a retomada da emissão das notas eletrônicas e da suspensão do processo de cancelamento da inscrição estadual.

12/03/2009

O carro do coordenador do Gescol é alvejado com três tiros.

25/03/2009

O diretor de Administração Tributária da SEF, Anastácio Martins, teria pedido informações sobre o cancelamento da inscrição da Arrows. Segundo depoimentos, ele teria dito que o processo deveria ser suspenso em razão de um pedido do vice-governador Leonel Pavan.

30/03/2009

Publicado o edital de cancelamento do registro da Arrows

03/07/2009

Instaurado o inquérito na Polícia Federal para investigar a relação de agentes públicos do Estado e representantes de empresa privada.

02/12/2009

O vice-governador é chamado à Superintendência da Polícia Federal, onde presta depoimento e é informado do seu indiciamento.

09/12/2009

A Polícia Federal conclui o inquérito policial e entrega a peça ao Tribunal de Justiça

15/12/2009

O procurador-geral de Justiça do Estado, Gercino Gomes Neto, apresenta denúncia contra Pavan e mais seis pessoas.

21/12/2009

Leonel Pavan comunica ao governador Luiz Henrique da Silveira que não assumiria interinamente o governo em 5 de janeiro de 2010.

07/01/2010

O Poder Judiciário volta a funcionar em regime de plantão e o Leonel Pavan vai até a sede do Tribunal de Justiça para tomar ciência do caso e assinar a citação.